



Comunidades Ribeirinhas e os Impactos da Mineração no Platô Aramã

Oriximiná – Pará



Comissão Pró-Índio
de São Paulo



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

© Comissão Pró-Índio de São Paulo
São Paulo, agosto de 2020

Projeto Gráfico: Irmãs de Criação

Comissão Pró-Índio de São Paulo
Rua Padre de Carvalho 175 • São Paulo • SP • Brasil • 05427-100

site: www.cpisp.org.br

email: cpisp@cpisp.org.br



Para conhecer e entender

Nesta publicação, compartilhamos informações sobre a mineração no platô Aramã que tem preocupado as comunidades ribeirinhas que utilizam os recursos naturais dessa mesma região para a sua subsistência.

Iniciamos explicando como foi o processo para que a Mineração Rio do Norte (MRN) conseguisse do Ibama a licença ambiental para explorar o Aramã.

E depois analisamos se as comunidades ribeirinhas São Francisco, São Tomé, Espírito Santo e São Sebastião foram consideradas – ou não foram consideradas – nos estudos que a Mineração Rio do Norte elaborou e o Ibama aprovou para conceder a licença ambiental.

O objetivo desta publicação é contribuir para que as comunidades tenham mais informações para seguir na defesa de seus direitos.

Boa leitura!

Agosto de 2020



Índice

06

Sem informação e sem consulta

08

O que é licenciamento ambiental?

11

O Estudo de Impacto Ambiental do Aramã

14

O Plano Básico Ambiental do Aramã

16

Conclusão



Sem informação e sem consulta

A Mineração Rio do Norte (MRN) extrai bauxita em Oriximiná há 41 anos. Para realizar suas atividades, a MRN depende de licenças ambientais concedidas pelo Ibama. Essa é uma exigência prevista na lei. Foi assim para a empresa poder explorar o platô Aramã.

Em 11 de dezembro de 2018, o Ibama concedeu à Mineração Rio do Norte a Licença de Operação para extração de bauxita no platô Aramã. A licença é válida por seis anos.

O platô Aramã tem 345 hectares e fica dentro da Floresta Nacional Saracá-Taquera. Segundo os relatos dos ribeirinhos das comunidades São Francisco, São Tomé, Espírito Santo e São Sebastião, trata-se de uma área de floresta que eles utilizam para sua subsistência.

Os centros comunitários de São Francisco, São Tomé, Espírito Santo e São Sebastião estão localizados no Projeto de Assentamento Agroextrativista Sapucúá-Trombetas criado em 2010 pelo Incra e Iterpa. No entanto, as atividades de extrativismo e caça de subsistência dos ribeirinhos abrangem a área da Floresta Nacional Saracá-Taquera que é vizinha ao projeto de assentamento agroextrativista, inclusive na região conhecida como platô Aramã.

Os ribeirinhos não foram consultados ou informados sobre a extração de bauxita no Aramã pelo Ibama ou qualquer outro órgão do governo, nem pela Mineração Rio do Norte. Descobriram o que estava acontecendo quando ouviram o barulho das máquinas da MRN trabalhando. Isso trouxe grande preocupação.

Os moradores de São Francisco, São Tomé, Espírito Santo e São Sebastião (cerca de 145 famílias) foram atrás de seus direitos. Com o apoio da Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Médio Lago Sapucúá (ACPLASA), da Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucúá (ACOMTAGS) e da Comissão Pró-Índio de São Paulo apresentaram suas reivindicações para a Mineração Rio do Norte.

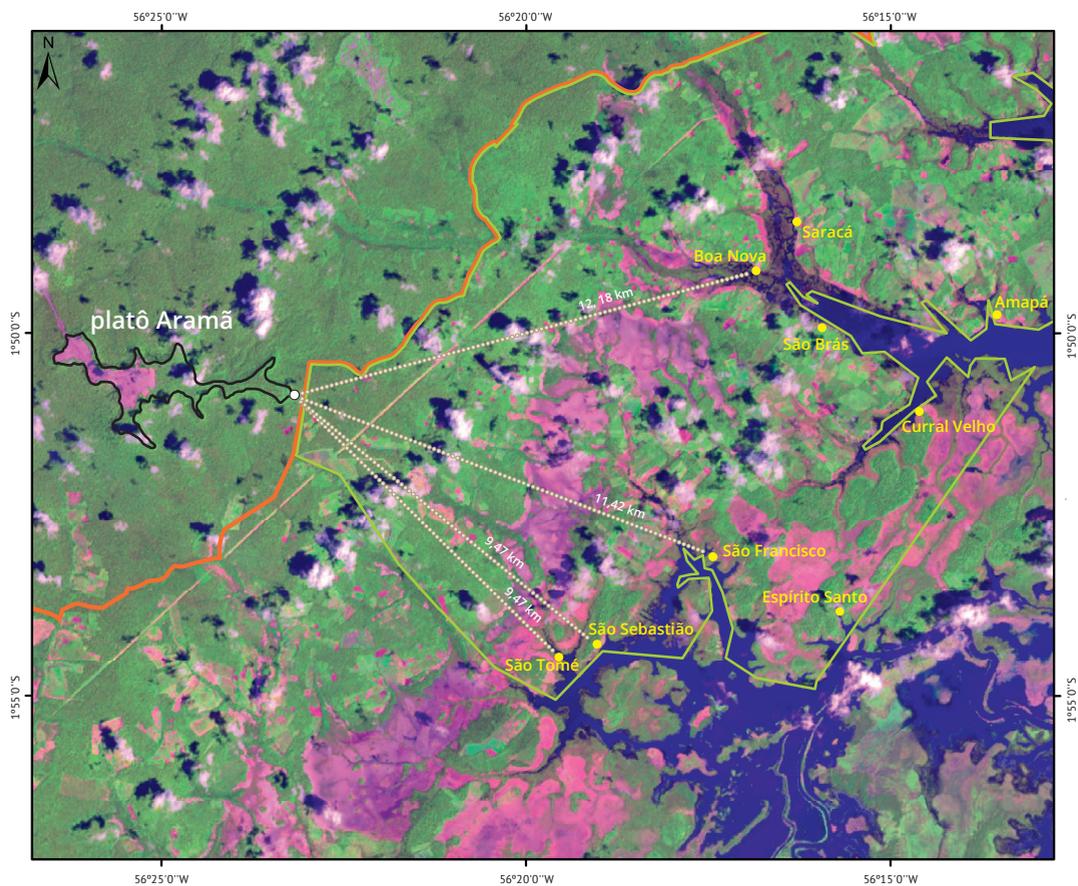
Um primeiro diálogo com a MRN foi realizado em dezembro de 2019 dentro dos trabalhos da Mesa Permanente de Diálogo Mineração em Oriximiná. As comunidades e associações solicitaram: a **imediate paralisação dos trabalhos no Aramã** até que a empresa realizasse um estudo de impacto específico para as comunidades; que fosse feita a consulta livre e prévia e informada aos ribeirinhos; e que fosse acordado um plano de mitigação e indenização. A reivindicação das comunidades foi **prontamente negada pela Mineração Rio do Norte**.

Uma segunda reunião entre ribeirinhos e MRN estava agendada para abril de 2020, mas teve que ser cancelada por causa da pandemia do novo coronavírus.

As negociações seguem interrompidas por conta da pandemia. Mas, enquanto os ribeirinhos cumprem a quarentena isolados em suas casas, a Mineração Rio do Norte segue com os trabalhos no platô Aramã.



Comunidades ribeirinhas e o platô Aramã



Legenda

-  Limites Projeto de Assentamento Agroextrativista Sapucaá-Trombetas
-  Limites do platô Aramã - Mineração Rio do Norte
-  Limites Flona Saracá-Taquera
-  Centro comunitário

Nota técnica:

As estimativas de distância consideram a distância entre a borda do Platô até os centros comunitários em linha reta.

Fontes:

AFFONSO, M. G., 2018; ICMBio, 2001; Ibama, Processo 02001.001766/2012-79; Inkra, 2015; Imagem Satélite Landsat 8, Grade 228061 Data 23.01.2020.



O que é licenciamento ambiental?

Vamos começar explicando um pouco mais o que é e como funciona o licenciamento ambiental.

O licenciamento ambiental é um procedimento que a lei brasileira exige para todos os empreendimentos e atividades que se utilizam dos recursos naturais (como as florestas, os rios e os minerais) e que podem causar algum tipo de poluição ou degradação ao meio ambiente. Esse é o caso das atividades de mineração que causam um grande impacto ao meio ambiente.

O licenciamento ambiental é o procedimento pelo qual o governo autoriza a instalação, operação e a ampliação desse tipo de empreendimento. As licenças ambientais devem estabelecer as condições para que a atividade ou o empreendimento cause o menor impacto possível ao meio ambiente.

Quem dá a licença ambiental para a MRN?

A responsabilidade pelo licenciamento ambiental da Mineração Rio do Norte é do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, mais conhecido por sua sigla: Ibama. O Ibama é um órgão do governo federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

O Ibama deve analisar os documentos e estudos apresentados pela MRN para avaliar se a exploração pode ou não ocorrer. Deve estabelecer também quais são as condições para que a exploração ocorra, exigindo que os impactos negativos para o meio ambiente sejam previstos, corrigidos, mitigados e compensados.

Depois que as licenças são dadas para a MRN, o Ibama é responsável por fiscalizar se as medidas de controle ambiental estão sendo mesmo realizadas e da forma adequada pela mineradora.

Quais são as licenças?

Para conseguir iniciar a extração da bauxita, a MRN precisa obter três licenças ambientais do Ibama, que são:

- ▶ **Licença Prévia (LP)** – Por meio dessa licença, o Ibama atesta a viabilidade ambiental do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, e estabelecendo condições a serem atendidas para a próxima fase.
- ▶ **Licença de Instalação (LI)** – Por meio dessa licença, o Ibama autoriza que a MRN inicie a instalação do projeto.
- ▶ **Licença de Operação (LO)** – Por meio dessa licença, o Ibama autoriza o início da extração da bauxita.

Ao longo dos 41 anos de atividade, a Mineração Rio do Norte obteve diferentes licenças para explorar os diferentes platôs. Conforme a MRN vai ampliando a área de extração, ela vai solicitando mais licenças para novos platôs.

No caso do Aramã, a MRN recebeu a Licença de Operação em 11 de dezembro de 2018, com validade de seis anos, ou seja, até 10 de dezembro de 2024.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1472/2018

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pela Portaria nº.106 MMA, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2015, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, e entrou em vigor no dia 21 de fevereiro de 2017; **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Operação à:

EMPRESA: Mineração Rio do Norte.
CNPJ: 04.932.216/0001-46
CTF: 16476
ENDEREÇO: Porto Trombetas – Escritório Central
CEP: 68.275-000 **CIDADE:** Oriximiná **UF:** PA
TELEFONE: (93) 3549-7036
PROCESSO IBAMA Nº: 02001.001766/2012-79

Autorizando a operação do empreendimento Platô Aramã e estruturas, conforme aprovado no processo, da empresa Mineração Rio do Norte, Localizado na Floresta Nacional Saracá Taquera.

Esta Licença é válida por 06 (seis) anos, a partir da data da assinatura, observadas as condições discriminadas no verso deste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes desta Licença.

Brasília-DF, 11 DEZ 2018

M M A

LUCIANO DE MENESES EVARISTO
Presidente-Substituto do IBAMA

É importante saber também!

Para conseguir as licenças ambientais, a MRN teve que preparar e apresentar ao Ibama uma série de estudos e planos.

Vamos explicar aqui dois desses documentos:

Estudo de Impacto Ambiental - EIA

Plano Básico Ambiental - PBA

Estudo de Impacto Ambiental

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um documento técnico que deve avaliar todos os possíveis impactos negativos e positivos do projeto sobre o meio ambiente e as pessoas que ali vivem.

Portanto, se o projeto da MRN vai trazer consequências negativas para as comunidades ribeirinhas, essas consequências precisam ser relatadas e analisadas no Estudo de Impacto Ambiental.

Esse estudo é feito pela própria Mineração Rio do Norte.

A Mineração Rio do Norte também precisa apresentar o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que é um resumo do EIA.

É a partir da análise do EIA que o Ibama decide se vai ou não conceder a Licença Prévia para a Mineração Rio do Norte.

Plano Básico Ambiental

O Plano Básico Ambiental (PBA) deve ser elaborado pela Mineração Rio do Norte para detalhar quais as medidas que a empresa vai tomar para diminuir ou compensar os impactos ambientais, sociais e econômicos da mineração.

No Plano Básico Ambiental também precisam estar previstas as medidas que a MRN planeja executar para mitigar e compensar as comunidades ribeirinhas.

Quando falamos em **mitigar** ou **mitigação**, estamos falando daquelas ações que a empresa vai tomar para diminuir os danos que ela vai causar ao meio ambiente e na vida das comunidades.

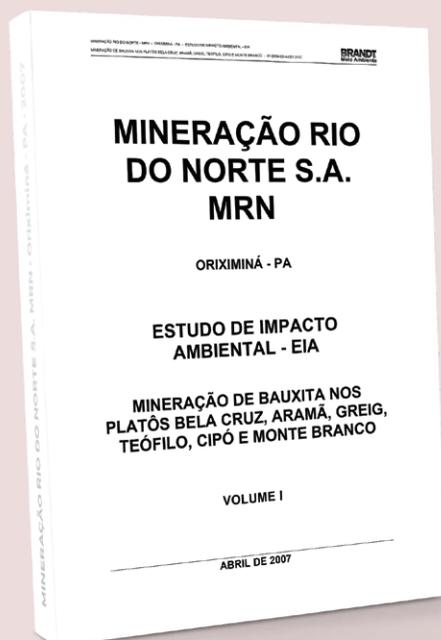
Quando falamos em **compensação**, estamos nos referindo àquelas ações que a empresa executará quando os danos no meio ambiente não poderem ser recuperados. Ela terá que compensar por esses prejuízos que não podem ser sanados.



O estudo de impacto ambiental do Aramã

Agora, nesta parte, vamos tratar do Estudo de Impacto Ambiental do platô Aramã, estudo que também é conhecido pela sua sigla EIA.

Os impactos ambientais da mineração no Aramã foram analisados no mesmo EIA dos platôs Bela Cruz, Greig, Teófilo, Cipó e Monte Branco. Esse documento foi elaborado há muitos anos, em 2007.



Nós estudamos o EIA para entender se os impactos da exploração do Aramã para as comunidades São Francisco, São Tomé, Espírito Santo e São Sebastião foram analisados corretamente.

E vejam só! Não encontramos no EIA qualquer menção específica sobre as consequências da mineração para as comunidades São Francisco, São Tomé, Espírito Santo e São Sebastião. O nome delas nem aparece no Estudo de Impacto Ambiental do Aramã.

Ou seja, lendo o EIA não é possível saber em detalhes como a derrubada da floresta no Aramã, a escavação do solo, a construção de estradas, a ida e vinda de funcionários e das máquinas podem prejudicar a vida e o meio ambiente utilizado por essas quatro comunidades ribeirinhas.

Vejam outros problemas que identificamos no Estudo de Impacto Ambiental do Aramã.

Segundo o EIA não há ocupação humana na área dos platôs

O EIA afirma que não há ocupação humana na área que será diretamente afetada pela mineração. Vejam só esse trecho do EIA:

5.3.6.4 - Comunidades tradicionais existentes na área do empreendimento

Especificamente na área do empreendimento não existem comunidades, sejam elas tradicionais ou não. Não há nenhuma ocupação humana nas áreas dos seis platôs em estudo.

[Página 624 do EIA].

Com essa afirmação, o EIA desconsidera o modo de vida dos ribeirinhos do Sapucaá. Ele desconhece que os ribeirinhos ocupam uma vasta área além dos centros comunitários, onde estabelecem seus pontos de morada e os seus pontos de trabalho.

O EIA não leva em conta que os comunitários circulam por um vasto território a fim de realizar suas atividades econômicas como o plantio de roças, a coleta de diferentes produtos da floresta e para a caça de subsistência.

Ou seja, a ocupação humana nessa região não é apenas o local ocupado pelos centros comunitários.

O EIA ignora os impactos para os cursos d'água utilizados pelos ribeirinhos

Como o EIA desconsidera a presença de populações na região de abrangência do platô Aramã, também ignora as consequências para essa população dos impactos nos igarapés, rios e lagos da região. O estudo considera que água dos rios e igarapés fazem parte apenas da vida da floresta (ecossistema). Assim, está escrito no EIA:

5.3.7 - Caracterização dos usos da água na área de influência do projeto

Especificamente à área do empreendimento, como não há nenhum tipo de ocupação humana, o uso da água se restringe à manutenção do ecossistema local.

[Página 627 do EIA]

O EIA afirma que a MRN faz de tudo para evitar a contaminação das águas no local da mina de bauxita. Mas não fala de prejuízos para as comunidades.

O que o EIA diz sobre os impactos para o extrativismo

O EIA não detalha como cada comunidade ribeirinha ou quilombola utiliza as florestas que ficam nos platôs Aramã, Bela Cruz, Greig, Teófilo, Cipó e Monte Branco.

O documento também não apresenta quais serão os impactos da destruição das florestas para cada uma das comunidades. Assim, não indica quais serão os prejuízos para os ribeirinhos de São Francisco, São Tomé, Espírito Santo e São Sebastião.

O EIA reconhece que a mineração terá um significativo impacto negativo de intensidade alta com a perda do potencial econômico dos produtos florestais. Ou seja, que essa riqueza da floresta será perdida.

Assim, nesse trecho do EIA que reproduzimos abaixo, o estudo da MRN reconhece que as comunidades terão um prejuízo:

Neste sentido as comunidades que tradicionalmente usufruem da atividade extrativista para seu sustento e para geração renda a partir da comercialização dos produtos da floresta tornam-se os principais influenciados ao perderem a oportunidade de se ter uma alternativa econômica. Diz-se com destaque para as comunidades tradicionais inseridas na Área de Entorno, ou seja, na borda da Floresta Nacional Saracá-Taquera, ao longo do rio Trombetas e do lago Sapucuí, respectivamente ao norte e sudeste desta unidade que, por uma questão geográfica, usufruem historicamente dos ambientais florestais desta FLONA.

A perda de potencial econômico de produtos florestais representa então um impacto potencial negativo do empreendimento, de intensidade alta e abrangência local, conferindo-lhe uma significância crítica.

[Página 673 do EIA]

Mas, em seguida, o EIA minimiza o problema dizendo que se trata de um impacto reversível. Vejam o que está escrito no documento:

Contudo, trata-se de um impacto reversível na medida em que as ações de reabilitação florestal das áreas degradadas possibilitam recuperar o potencial econômico perdido, em médio e longo prazos [...]

Desta forma, o impacto real da perda de potencial econômico de produtos florestais assume uma significância marginal, ao poder ser revertido, em médio e longo prazo, potencial utilização florestal das áreas afetadas.

[Página 673 do EIA].

Ou seja, o EIA considera que as ações de reflorestamento vão trazer a floresta de volta e que o prejuízo para as comunidades será resolvido. Será mesmo que isso vai acontecer?

E, mesmo que o reflorestamento seja capaz de recuperar completamente a floresta, quanto tempo levaria para isso? E por quantos anos os ribeirinhos ficarão sem poder utilizar essa área até que vire floresta novamente?



O plano básico ambiental do Aramã

O Plano Básico Ambiental do Aramã foi elaborado pela Mineração Rio do Norte em 2012. Esse documento foi analisado e aprovado pelo Ibama antes de dar a Licença de Operação para a MRN extrair bauxita no Aramã.

Nós fizemos a leitura do Plano Básico Ambiental – conhecido como PBA.

Fomos apurar se as comunidades São Francisco, São Tomé, Espírito Santo e São Sebastião foram contempladas nas ações previstas pela MRN para lidar com os impactos negativos para a mineração no platô Aramã.

O que constatamos é que, no PBA, não estão planejadas ações mitigatórias e/ou compensatórias específicas para essas quatro comunidades.

Isso já era esperado. Uma vez que o Estudo de Impacto Ambiental não analisou os impactos para cada uma dessas comunidades, a MRN não conhece em detalhe quais são os prejuízos para elas. E, portanto, a MRN não tem todos os elementos para definir as ações para tentar minimizar esses prejuízos.

Programas Previstos no PBA

As medidas previstas pela MRN para enfrentar os problemas sociais que podem ser causados pela exploração do Aramã são chamadas de “Programas Ambientais – Meio socioeconômico” no PBA.

Abaixo, apresentamos as duas ações do “Programas Ambientais – Meio socioeconômico” que são mais diretamente relacionadas com as comunidades.

Programa de Comunicação Social

Esse programa visa manter a comunicação da MRN junto às comunidades que vivem na área de influência do empreendimento, do poder público e instituições diretamente envolvidas, que garantirá o compartilhamento de informações relevantes relacionadas com a implantação e operação do empreendimento.

Programa de Educação Socioeconômico ambiental (PES)

O PES é composto pelos seguintes projetos:

- ▶ **Educação Ambiental e Patrimonial:** gestão empreendedora da cultura do barro (cursos e oficinas).
- ▶ **Apoio à agricultura familiar:** capacitação das famílias produtoras, por meio de cursos; visitas mensais da EMATER; intercâmbio local de experiências; desenvolvimento de mercado, e assessoria técnica.
- ▶ **Desenvolvimento da piscicultura:** capacitação das famílias produtoras, por meio de cursos para aprofundar a compreensão acerca da arte da pesca extrativa na região.
- ▶ **Manejo de Populações Naturais de Copaíba:** plantios e a extração de óleo no Platô Monte Branco.
- ▶ **Desenvolvimento da Meliponicultura em Terra Santa:** capacitação de comunitários selecionados para a produção de mel.
- ▶ **Microsistemas e Poços Artesianos de Água:** instalação de poços artesianos e implantação de microsistemas de água.
- ▶ **Combate à Malária:** distribuição de folhetos informativos e conscientização das comunidades.
- ▶ **Projeto Leme:** orientação dos navegantes comunitários e trabalhadores diretos e indiretos da mineração sobre riscos no tráfego fluvial.
- ▶ **Instituto GAYA de defesa das águas:** formação de agentes locais para a conservação e preservação dos recursos naturais por meio do desenvolvimento de palestras e produção de materiais gráficos.
- ▶ **Manejo dos castanhais:** pesquisas para a geração de conhecimento e capacitação para a melhoria de técnicas de plantio e controle das castanheiras.
- ▶ **Sistemas agroflorestais:** capacitação de agricultores no desenvolvimento de ações organizativas e de autonomia dos agricultores.
- ▶ **ATTA AV:** capacitação de agentes ambientais no município de Terra Santa.

Lendo essa lista grande de programas, a gente se pergunta:

- ⑥ Será que esses projetos da MRN realmente conseguirão diminuir os prejuízos que os ribeirinhos de São Francisco, São Tomé, Espírito Santo e São Sebastião terão com a destruição da floresta no Aramã?
- ⑥ Será que esses projetos do PBA vão garantir a subsistência dessas comunidades que não poderão mais caçar, nem realizar o extrativismo no Aramã?
- ⑥ Será que esses projetos do PBA garantirão que não haverá impactos nos igarapés que as comunidades usam?

Outra pergunta que fica é:

- ⑥ Como as comunidades que já recebem esses benefícios da MRN avaliam esses projetos?



Conclusão

O que a leitura do Estudo de Impacto Ambiental e do Plano Básico Ambiental mostra para a gente é que ainda não temos todas as informações e estudos que permitam prever e entender quais serão os diferentes impactos da mineração no platô Aramã para os moradores e moradoras das comunidades ribeirinhas no Sapucúá.

Por outro lado, nós já temos os relatos de ribeirinhos de São Francisco, São Tomé, Espírito Santo e São Sebastião que apontam os primeiros impactos que eles já estavam vivenciando em 2019.

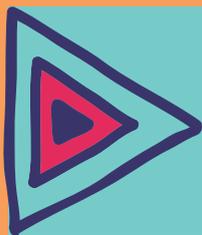
Os moradores nos informam que já não podem mais entrar na área do platô, pois a MRN isolou a área com fitas e placa de perigo. Eles também perceberam que o barulho das máquinas da MRN e a derrubada da floresta estão espantando a caça. E comentam que no platô existem várias nascentes e algumas pessoas já teriam observado sujeira na água dos igarapés.

Esses são os primeiros relatos, mas a situação pode se agravar, uma vez que os trabalhos da MRN no Aramã devem prosseguir por vários anos acumulando impactos sobre o meio ambiente utilizado pelas comunidades.

Assim, a Comissão Pró-Índio de São Paulo considera que um dos primeiros passos para seguir na defesa dos direitos das comunidades afetadas pela mineração no Aramã é:

- ▶ conhecer em profundidade quais impactos negativos já estão ocorrendo e quais outros prejuízos poderão ocorrer nas florestas e nos igarapés que os ribeirinhos utilizam.
- ▶ entender como isso poderá afetar a subsistência e o modo de vida das comunidades.

E a Pró-Índio defende que a Mineração Rio do Norte realize esse estudo tão logo a pandemia permita para subsidiar a continuidade do diálogo da empresa com as comunidades e suas associações e assessoria.



Lista dos documentos que consultamos para produzir a publicação

BENVEGNÚ, Vinícius Cosmos

Relatório de Análise dos documentos referentes ao empreendimento minerário de lavra de bauxita na Flona Saracá-Taquera, Oriximiná, Pará. Oiapoque, abril, 2020.

IBAMA

Licença de Operação (LO) N° 1472/2018.

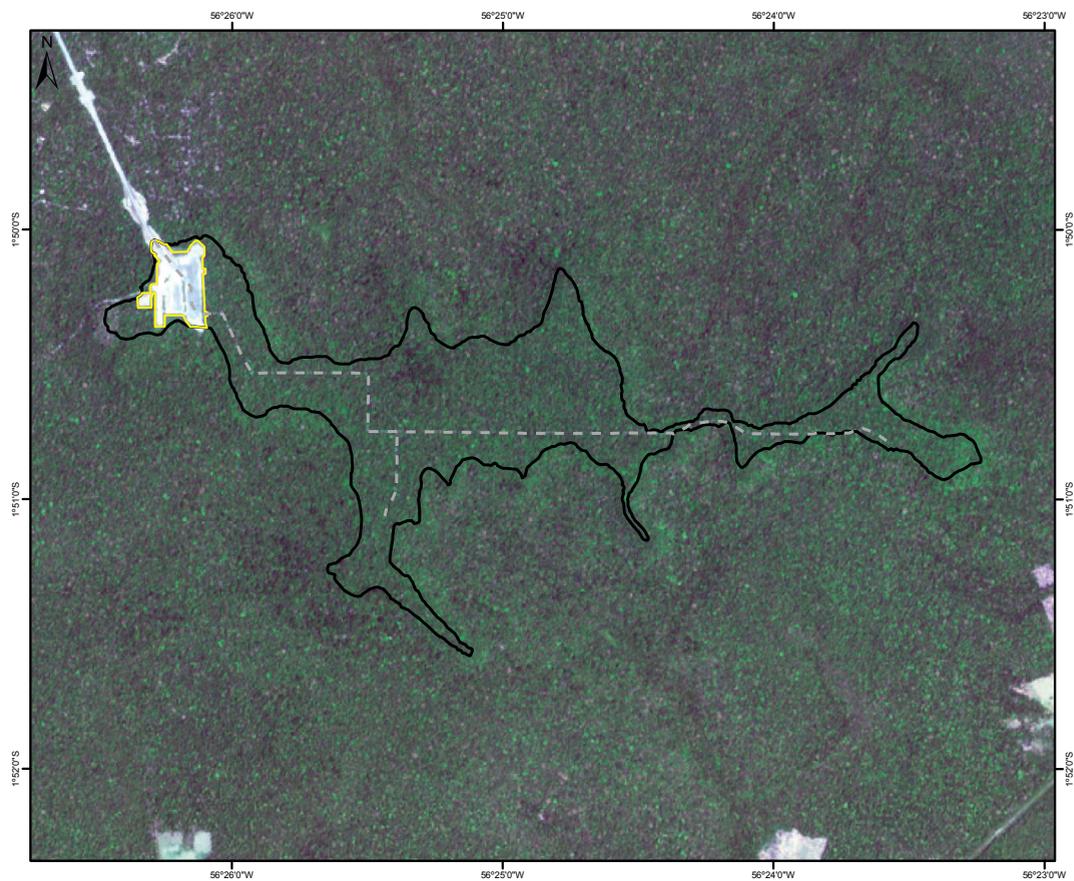
MINERAÇÃO RIO DO NORTE

Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Mineração de Bauxita nos Platôs Bela Cruz, Aramã, Greig, Teófilo, Cipó e Monte Branco. Abril, 2007.

Plano Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Exploração de Bauxita do Platô Aramã, Porto Trombetas, Oriximiná, PA – Relatório Final 03MRN00211TR1. Curitiba, fevereiro, 2012.



Desmatamento no Aramã em outubro de 2018



Legenda

-  Platô Aramã
-  Desmatamento até 17/10/2018
-  Estradas até 17/10/2018

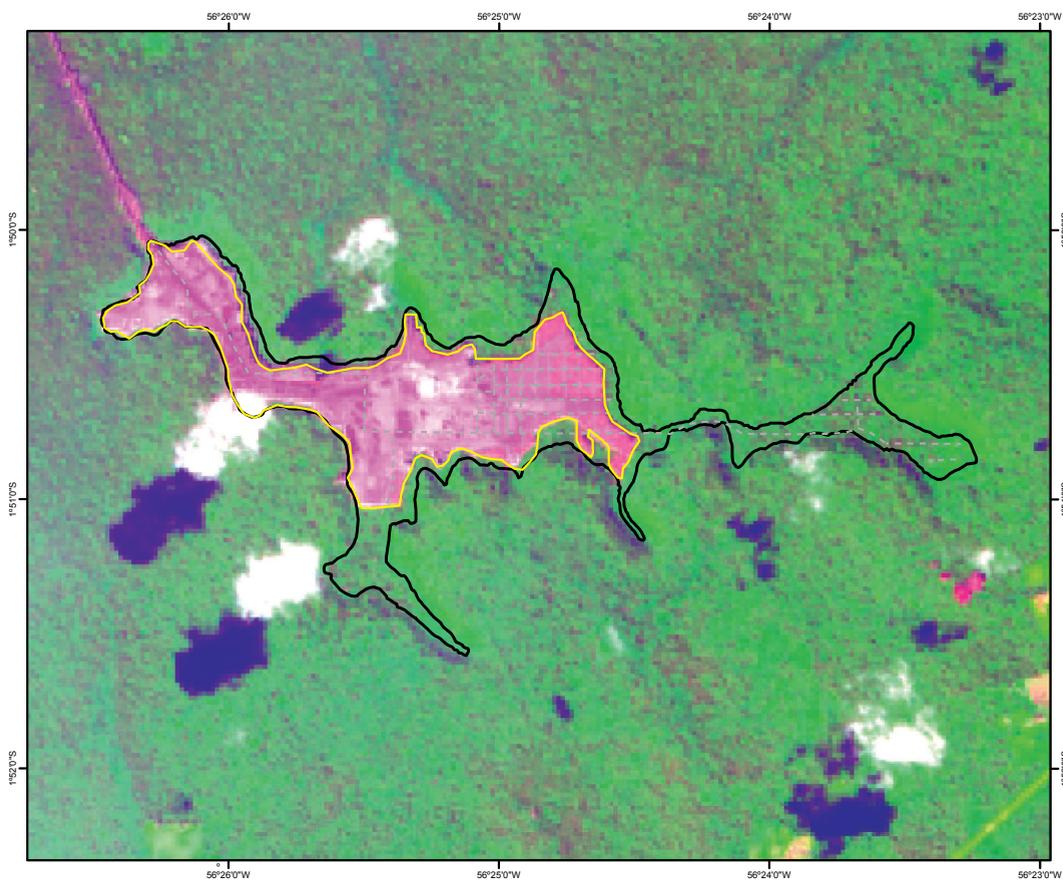
Fontes:

Limites do Platô Aramã, ã shapefile disponibilizado no âmbito do Processo Ibama 02001.001766/2012-79

Imagem de Satélite Sentinel 2,
Grade 21MWU Data: 17.10.2018



Desmatamento no Aramã em junho de 2020



Legenda

-  Platô Aramã
-  Desmatamento até 15/06/2020
-  Estradas até 15/06/2020

Fontes:

Limites do Platô Aramã, ã shapefile disponibilizado no âmbito do Processo Ibama 02001.001766/2012-79

Imagem de Satélite Landsat 8,
Grade 228061 Data: 15.06.2020



Comissão Pró-Índio
de São Paulo